



NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº 03/2025

2 de junho de 2025

SOBRE O “ANTIOKUPAS GROUP”!

A Associação de Inquilinos Lisbonenses condena e repudia veementemente a atuação da empresa espanhola Antiokupas Group em território português. Esta empresa, integrada por ex-militares, antigos polícias e seguranças privados, tem realizado despejos extrajudiciais usando métodos intimidatórios e violentos, práticas claramente ilegais e criminosas, entretanto já condenadas pela PSP e sob investigação do Ministério Público.

A presença e atuação ilegal deste grupo em Portugal é extremamente preocupante porque representa uma ameaça direta ao Estado de Direito e aos direitos fundamentais dos inquilinos. A AIL considera inadmissível que entidades privadas e sem qualquer legitimidade legal, assumam funções e pratiquem atos que competem exclusivamente às autoridades judiciais e policiais. Esta usurpação de competências institucionais e públicas coloca em risco a segurança e a dignidade dos cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis, e contribui para o descrédito da autoridade do Estado.

Num contexto em que a crise habitacional se agrava, com um aumento significativo dos despejos e do assédio e perseguição a inquilinos, não por incumprimentos mas essencialmente por interesses dos senhorios, a atuação de grupos como o Antiokupas Group contribui para a intensificação da precariedade habitacional e para a violação dos direitos humanos.

A AIL exige uma intervenção das autoridades competentes para reprimir e fazer cessar estas práticas ilegais e criminosas e para reforçar a proteção e garantias dos cidadãos e inquilinos.

No que à habitação respeita, todos os eventuais casos de incumprimento têm, obrigatoriamente e em exclusivo, de ser tratados em sede judicial.

É imperativo que o Estado assegure o cumprimento da legalidade. É imperativo que o Estado garanta o direito à habitação consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Lei.

A AIL reafirma o seu compromisso inabalável na defesa dos direitos dos inquilinos e na luta por uma política de habitação justa, equitativa e respeitadora da legalidade democrática.

A Direção

Pedro Ventura
Presidente